



Políticas públicas para a questão migratória

Encontro: migração e políticas públicas em Santa Catarina

No dia 20 de maio pp. a FACASC – Faculdade Católica de Santa Catarina, em parceria com Arquidiocese de Florianópolis, realizou, em sua sede, encontro para debater o problemas das migrações em Santa Catarina e uma política pública adequada. Os textos abaixo apresentam uma síntese desse evento:

1 Discurso de abertura

*Prof. Dr. Pe. Edinei da Rosa Cândido
Diretor Geral da FACASC*

Conforme a prática desta casa religiosa, convido a todos a que, de pé, façamos juntos uma breve oração: PAI-NOSSO...

Nossa saudação vai dirigida, primeiramente, aos ilustríssimos representantes do Poder Legislativo por Santa Catarina: deputados estaduais, federais e senadores, democraticamente eleitos por voto direto no pleito de outubro próximo passado e em pleno exercício de mandato. Eles foram especialmente convidados a este evento.

Ao excelentíssimo e reverendíssimo Arcebispo Metropolitano de Florianópolis, Dom Wilson Tadeu Jönck, Chanceler da FACASC, nossa distinta e cordial saudação, estendida em igual apreço ao excelentíssimo e reverendíssimo, Dom Severino Clasen, Presidente do Regional Sul IV da CNBB em Santa Catarina, Bispo Diocesano de Caçador. Deferência aos bispos diocesanos de Lages, Dom Guilherme Antônio Werlang, e de Blumenau, Dom Rafael Biernaski e seus respectivos assessores.

Acolhemos, com a devida consideração e distinção, os representantes das entidades convidadas para este evento: ASA (Ação Social Arquidiocesana), CNBB Regional Sul IV, Caritas Santa Catarina, CRAI (Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante), CRB (Conferência





dos Religiosos do Brasil) SC, DPE (Defensoria Pública Estadual), FE-CAM (Federação Catarinense de Municípios), GAIRF (Grupo de apoio aos Imigrantes e Refugiados em Florianópolis e Região), GTI (Grupo de Trabalho e Imigração) ALESC, IGEOF (Instituto de Geração de Oportunidade de Florianópolis), Instituto Vilson Groh, Secretaria Estadual de Assistência Social, Secretaria Municipal de Assistência Social, MPE (Ministério Público Estadual), MPF (Ministério Público Federal).

Aos membros do clero, nossa amizade e colegialidade; aos nossos professores, a alegria e cordialidade do reencontro semanal.

Aos representantes do Diretório Acadêmico de Teologia, nossa estima.

Senhoras e Senhores, boa tarde. Sintam-se todos bem acolhidos. A Faculdade Católica de Santa Catarina (FACASC) tem a alegria de recebê-los em suas dependências e sente-se extremamente honrada de poder sediar este terceiro encontro sucessivo com representantes políticos e demais convidados. De fato, esta jornada não é uma ação isolada, mas parte de um conjunto; é um projeto desta faculdade desenvolvido em parceria com a Arquidiocese de Florianópolis. Nos anos de 2017 e 2018, esses encontros aconteceram em âmbito arquidiocesano, tendo como convidados especiais os senhores prefeitos, presidentes das câmaras municipais, 2017, e vereadores, 2018, dos trinta municípios de abrangência territorial da Arquidiocese de Florianópolis.

Em 2019, ano em curso, este encontro assume um caráter estadual, pelo fato de ter como convidados especiais os representantes do Poder Legislativo de Santa Catarina: Senadores Deputados, Federais e Estaduais, estes distribuídos pelas seis mesorregiões de desenvolvimento nas quais está dividido o Estado catarinense: Mesorregião da Grande Florianópolis, do Sul, do Vale do Itajaí, Serrana, do Norte e do Oeste catarinense. Lembramos que, do ponto de vista eclesiástico, o Estado de Santa Catarina compõe uma Província formada pela Arquidiocese de Florianópolis (1908), com nove dioceses sufragâneas: Joinville (1927), Lages (1927), Tubarão (1954), Chapecó (1958), Rio do Sul (1968), Caçador (1968), Joaçaba (1975), Criciúma (1998) e Blumenau (2000).

Esta tarde oferece-nos particular ocasião para aproximação e diálogo entre lideranças políticas e lideranças da Igreja Católica. Isso aumenta a nossa responsabilidade e empenho, no sentido de tornar este breve momento proveitoso e profícuo, impulsionador de ações concretas.



O objetivo não poderia ser outro, senão pensar a vida do povo, pelo qual todos, cada um na sua devida competência, somos responsáveis.

O tema das migrações tem se destacado na pauta de muitos governos e tem merecido amplo debate, inclusive internacional. A Igreja Católica sente-se profundamente preocupada pela questão por motivos bíblicos, evangélicos e sociais.

De fato, em Santa Catarina, como em várias outras partes do país, a Igreja está em contato permanente com os migrantes. Nosso Estado é o quarto da federação que mais acolhe solicitantes de refúgio. Ao chegar aqui, muitas vezes, os migrantes são acolhidos pelas instituições religiosas. Casas, secretarias e salões paroquiais, em muitos casos, são o primeiro destino desses relegados da sorte, que, sem saber para onde ir, nem como suprir as necessidades básicas, dirigem-se às igrejas. Ali, geralmente, são recebidos pela Pastoral do Migrante, que está presente em todas as dioceses do Estado, com ramificações nas paróquias e em outras instituições religiosas. Fachadas, campanários e torres encimadas por cruzeiros têm sido o sinal de esperança de boa parte dos desassistidos do sistema. A própria pessoa do padre, para os muitos nessa situação de penúria, é um sinal de bênção e esperança. Os fiéis são abordados na saída das missas e solicitado a ajudar, por misericórdia e caridade cristã.

Dessa forma e de outras, a Igreja em Santa Catarina tem acompanhado de perto a realidade migratória, ciente de seu compromisso social e caridade pastoral, prestando serviço de acolhida e assistência tanto pessoal quanto coletivamente. Contabilizada em parâmetros estaduais, essa ação atinge patamares expressivos. Somente através das ações realizadas pela Arquidiocese de Florianópolis, neste último ano desde a inauguração do CRAI (Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante), foram atingidas pessoas de 58 nacionalidades, totalizando mais de 10 mil atendimentos diretos a migrantes: : haitianos, senegaleses, sírios e venezuelanos encabeçam a lista. E eles não estão só, porque somam-se aos muitos atingidos pelo fluxo migratório interno que despeja nas ruas, praças e recantos das cidades catarinenses um contínuo e alarmante número de indivíduos, grupos e núcleos familiares, à margem, expondo-os à marcada situação de pobreza, miséria e indigência, com suas conhecidas sequelas sociais.

A Igreja não lamenta o fato de ser procurada pelos migrantes e por eles vista como sinal de esperança e possibilidade de solução para seus problemas, nem está cansada do que faz. Ela é mãe, os padres são



pais, os fiéis são irmãos e as comunidades são irmãs, solidárias e muito generosas. Isso é empenho, compromisso e missão. Entretanto, aflita e angustiada, acompanha essa penúria quotidiana de tantos irmãos nossos, filhos seus.

Este ano de 2019 a Campanha da Fraternidade desafiou a sociedade brasileira a pensar a importância de refletir, discutir e promover Políticas Públicas. Este encontro, por sua vez, uniu estas duas urgências e necessidades na busca de um diálogo franco e debate consciente. Este encontro foi pensado para ser a junção dessas duas realidades, dessas duas necessidades na vida da sociedade brasileira, catarinense, em cada um de seus municípios. Portanto, políticas públicas em favor de todos os migrantes é o clamor que brota da realidade e, nesta tarde, deve chegar à consciência de cada um de nós presente a este ato acadêmico e reflexivo.

É nesse contexto que, com consciência cidadã e cristã, vinculada pelo compromisso social e impelida pela caridade social, a Igreja indaga, pergunta e propõe ao poder público a ações articuladas e eficazes. Entende que este, por direito e dever, rege a sociedade e estabelece as leis, recebendo do povo, por meio do voto direto e democrático, a autoridade e o poder necessários para, em favor da realidade, fazer acontecer política pública eficaz em favor dos migrantes.

A sua temática, dentre outros, é um apelo a cada um de nós, na nossa identidade étnica como catarinenses, pois formamos um Estado de imigrantes. Muitos de nossos antepassados para cá vieram em busca de trabalho, casa, sobrevivência, em busca de vida nova. Partindo, desse pressuposto, não nos será impossível olhar o migrante e ver nele um parceiro, um irmão, um de nós. Hoje os livros de história narram a chegada dos nossos no passado, amanhã, no futuro, narrarão a chegada deles no presente. E haverá de ser um louro a mais para este Estado que já acolheu tantos, índios, brancos, negros, amarelos, e hoje é desafiado a acolher outros tantos.

Em sua primeira viagem fora de Roma, no dia 08 de julho de 2013, o Papa Francisco superou as expectativas e surpreendeu a Comunidade Europeia e o mundo, ao descer até o sul da Itália, na parte pobre daquele país rico, e dirigir-se a uma ilha siciliana, Lampedusa. Ali, pessoas como nós, são constantemente atiradas como descarte, sonhando poder depois esparramar-se pelo cobiçado continente europeu. O gesto é auto-explicativo, cala fundo na consciência da comunidade internaional e dispensa comentário; e, no entanto, atrevo-me a acrescentar uma glosa:



que não toque por sorte a nossa Ilha de Santa Catarina o mesmo destino e, muito menos, que daqui se alastre essa triste experiência, pelo continente Estado, que traz no nome a mesma santa, Catarina. Depende de nós.

2 Migração e Políticas Públicas em Santa Catarina

Assessoria de imprensa da FACASC

No dia 20 de maio de 2019, realizou-se na Faculdade Católica de Santa Catarina (FACASC), o Encontro de Deputados Estaduais, Federais e Senadores, organizado pela Arquidiocese de Florianópolis e FACASC. O tema abordado foi: “Migração e Políticas Públicas em Santa Catarina”. Os participantes refletiram sobre a realidade migratória e apresentaram indicativos para atender às necessidades dos imigrantes, no que tange à garantia dos seus direitos.

Fizeram-se presentes as seguintes autoridades: Senador Espiridião Amim, Deputados Federais: Rodrigo Coelho. Fizeram-se representar: Ângela Amim, Carmem Zanotto, Giovania de Sá, Hélio Costa. Deputados Estaduais: Fabiano da Luz, José Milton Scheffer, Neodi Saretta, Pe. Pedro Baldissera. Fizeram-se representar: Kennedy Nunes, Rodrigo Minotto, Sargento Lima. Houve também a presença de representantes das entidades e órgãos públicos: Ação Social Arquidiocesana, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Regional Sul IV, Cáritas Regional de Santa Catarina, Diretório Acadêmico de Teologia, Conferência dos Religiosos do Brasil/SC, Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante, Grupo de Trabalho Imigração da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Secretaria Estadual de Assistência Social, Defensoria Pública de Santa Catarina, e outros convidados.

Pe. Edinei Cândido da Rosa, diretor geral da FACASC, conduziu a oração inicial e acolheu os presentes. Em seu discurso (texto anexo), destacou as motivações para o evento, e os trabalhos realizados pela Igreja para minimizar os impactos sociais provocados pelo fenômeno migratório.

O Arcebispo de Florianópolis, Dom Wilson Tadeu Jönck, saudou os presentes e refletiu sobre três palavras constitutivas da Doutrina Social da Igreja. Amor: é dar do que é seu; Justiça: é dar o que pertence ao outro. “O supérfluo não nos pertence” (Paulo VI); Solidariedade: é fazer acontecer o Amor e a Justiça.



O coordenador da Pastoral do Migrante em Santa Catarina, Pe. Marcos Mario Bubniak expôs o trabalho realizado pelas paróquias e pelo Centro de Referência e Acolhida aos Imigrantes (CRAI), que consiste em: acolher, proteger, promover, integrar e celebrar. Destacou que Santa Catarina é um dos poucos Estados do Brasil que realiza de forma concreta uma parceria entre o Governo e Sociedade Civil Organizada para o atendimento dos imigrantes.

A assessora, Dra. Dalila Pedrini, reforçou que somos todos imigrantes, e fez uma indagação: a história migratória nos torna mais acolhedores? Ressaltou a urgência da efetivação de uma Lei Estadual que institui uma Política Pública para os Imigrantes, elencando vários elementos necessários para a garantia da dignidade, proteção e integração dos mesmos. Entre outros salientou os seguintes:

- Acesso aos direitos e serviços públicos;
- Respeito e tolerância à diversidade cultural e religiosa;
- Tratamento digno;
- Viabilidade para documentação, trabalho, ensino da língua;
- Integração – diálogo entre Estado e Sociedade;
- Diretrizes para que o poder público possa operacionalizar a formação de agentes para o atendimento;

O imigrante haitiano Jean Samuel deu seu testemunho, destacando suas dificuldades de integração como imigrante, principalmente quanto à língua, cor, preconceito, desemprego, e regularização da documentação. Falou ainda da realidade dos imigrantes atendidos pelo CRAI, alguns visivelmente marcados por crise existencial.

Em diversos momentos, reafirmou-se que a presença do imigrante é uma oportunidade, não uma ameaça para nossa sociedade. A maioria deles são jovens, e com graduação escolar.

A Sra. Karina Euzébio, representante da Secretaria de Assistência Social, falou sobre além da parceria com a ASA na execução do CRAI, pretende-se fazer: mapear da rede para o diagnóstico da realidade; ter o cadastro único – CRAS; organizar nove pólos de atendimento e realizar uma reunião com os prefeitos da grande Florianópolis.

A Defensoria Pública, representada pela Sra. Anne Teive Auras, falou sobre outros elementos e lembrou os participantes de que tem atuado especialmente com a demanda da documentação; atendimento de saúde,



educação, creche, e nos casos de abusos da autoridade. Manifestou, ainda, disposição para continuar colaborando com o trabalho.

No debate os participantes apresentaram entre outras, as seguintes sugestões e encaminhamentos:

- Manter e aperfeiçoar a qualidade no atendimento aos imigrantes no Estado de Santa Catarina.
- Dar continuidade ao Centro de Referência e Atendimento aos Imigrantes (CRAI), incluindo-o na reforma administrativa do Governo do Estado.
- Conhecer melhor a Lei 13.445/2017 e aplicá-la na realidade do Estado, com a elaboração de uma Lei Estadual para Imigrantes.
- Realizar o debate sobre a realidade dos imigrantes nas diferentes regiões do Estado.
- Realizar um encontro com as secretarias de Estado, Assembleia Legislativa, Associações de Migrantes, Polícia Federal, Defensoria Pública para articular o atendimento aos imigrantes.
- Criar um espaço de acolhida, temporária para os imigrantes que chegam.
- Possibilitar a participação de imigrantes nos conselhos locais.
- Preparar os servidores públicos para o atendimento dos imigrantes.
- Encaminhar os imigrantes para o mercado de trabalho.
- Fazer com que nas universidades o migrante não seja apenas sujeito de pesquisa, mais sim sujeito da ação.

Dom Wilson propôs que esses indicativos sejam assumidos por todos os participantes e este relatório lhes seja enviado, bem como aos outros convidados que não participaram do encontro.

3 Parlamentares e Igreja Católica debatem Migração em Santa Catarina

Assessoria de imprensa da FACASC

A criação de uma lei estadual de atenção ao imigrante, a garantia da manutenção do Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante (CRAI) e o aprofundamento no conhecimento da Lei Federal 13.445



foram algumas das conclusões do Encontro de parlamentares catarinenses, que teve como tema Migração e Políticas Públicas em SC. O evento foi realizado na capital, nesta segunda-feira, 20 de maio, pela Arquidiocese de Florianópolis e pela Faculdade Católica de Santa Catarina (FACASC) e contou com a presença de um Senador, um Deputado Federal e quatro Deputados Estaduais, além de representantes de outros setores da sociedade ligados ao tema.

Compareceram o Senador Esperidião Amim, o Deputado Federal Rodrigo Coelho e os Deputados Estaduais José Milton Scheffer, Padre Pedro Baldissera, Neodi Saretta e Fabiano da Luz. Enviaram representantes o Deputados Estaduais Sargento Lima, Rodrigo Minotto e Kennedy Nunes. Os Deputados Federais Ângela Amim, Carmen Zanotto, Geovânia de Sá e Hélio Costa também foram representados no encontro por membros de suas equipes.

Além dos parlamentares, o evento teve a presença de entidades como as secretarias estadual e municipal de Assistência Social, o Ministério Público de Santa Catarina, a Federação Catarinense de Municípios (Fecam), o Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis (Igeof), o Instituto Pe. Wilson Groh, a Defensoria Pública de SC, entre outras. Os Bispos Dom Rafael Biernaski, de Blumenau, Dom Frei Severino Clasen, de Caçador e Dom Guilherme Antônio Werlang de Lages também estavam presentes.

A manutenção do CRAI foi um dos principais temas debatidos. O Centro, mantido pela Igreja Católica em parceria com o Governo do Estado, tem somente uma unidade na capital, que já realizou 10 mil atendimentos a pessoas de 58 nacionalidades, com prevalência de haitianos, senegaleses, sírios e venezuelanos, informou o diretor geral da FACASC, Padre Edinei da Rosa Cândido.

O CRAI corre risco de ter suas atividades paralisadas em setembro, quando se encerra o contrato que lhe deu origem. A Diretora de Direitos Humanos da Secretaria Estadual de Assistência Social, Karina Euzébia, esclareceu que por questões legais esse contrato não pode ser renovado. “Temos que construir alternativas”, destacou.

Dom Wilson Tadeu Jönck, Arcebispo Metropolitano de Florianópolis, ressaltou que a manutenção do Centro é fundamental, e que será necessário que o poder público se una à sociedade civil para buscar a solução jurídica cabível para o caso. Ele destacou ainda a importância



de gerar oportunidades de trabalho aos imigrantes e de instalar uma unidade de acolhimento para os recém-chegados ao Estado na condição de refugiados. Por fim, o Arcebispo destacou a necessidade do combate à rejeição aos imigrantes: “temos que educar a população”, afirmou.

A necessidade de integração dos imigrantes à sociedade catarinense foi outro tema constante nos pronunciamentos. O Deputado Saretta disse que é preciso lutar contra o preconceito. Já o Deputado Scheffer lembrou que Santa Catarina tem a imigração em seu DNA e manifestou intenção de provocar o diálogo entre a Assembléia Legislativa e o Poder Executivo para manutenção do CRAI.

O Deputado Fabiano da Luz é vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa e coordenador do Grupo de Trabalho de Imigração (GTI). Ele, que representou a presidência da ALESC no evento, disse que aquela Casa Parlamentar está de portas abertas para fazer com que “essas pessoas se sintam catarinenses”. O Deputado Padre Pedro chamou de urgente a necessidade de se estabelecer os diálogos necessários para manutenção do CRAI e sugeriu que o assunto seja levado ao debate popular em todas as regiões do Estado, em busca de melhorias na proposta do Legislativo.

Em sua manifestação, o Senador Esperidião Amim elogiou a iniciativa dos organizadores do evento, ao mesmo tempo em que destacou sua herança genética para justificar sua sensibilidade ao tema. “Sou filho de imigrantes de primeira geração”, lembrou.

O Deputado Federal Rodrigo Coelho reforçou sua certeza de que o governador Carlos Moisés vai fortalecer o CRAI. Ele também conclamou os colegas parlamentares a agirem efetivamente para encontrar soluções para a questão, com a sugestão de emendas, por exemplo.

Para suscitar a reflexão, o evento foi aberto por um painel apresentado por três visões sobre o tema. O coordenador da Pastoral do Migrante em Santa Catarina, Padre Marcos Mario Bubniak, destacou em sua apresentação que Santa Catarina e São Paulo são os únicos estados do país a estabelecer parcerias entre setor público e sociedade organizada para receber imigrantes. “O imigrante não é uma ameaça, é uma oportunidade”, declarou o Padre, que disse que a intenção da Igreja Católica é “construir pontes” como esse povos que desembarcam no Brasil.

A Dra. Dalila Maria Pedrini, assessora do Programa Nacional de Políticas Públicas da Cáritas Brasileira e estudiosa do tema, apresentou



em seu painel sua experiência acadêmica e prática sobre migração. Ela destacou a urgência de uma lei que institua uma política pública estadual para a população migrante. Defendeu ainda que, enquanto a nova lei tramita, sejam garantidas algumas estratégias e canais de oferta de políticas públicas por parte do governo estadual, entre elas a manutenção e ampliação do CRAI e a participação de representantes dos migrantes no Conselho Estadual dos Direitos Humanos.

O momento mais emocionante do evento foi a fala do haitiano Jean Rosier, que mora há sete anos no Brasil, onde tornou-se mestre pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente agente de proteção do CRAI, ele falou das angústias dos imigrantes. A dificuldade com a língua portuguesa, a burocracia para acessar documentos, o racismo e a xenofobia foram citados por ele como alguns dos principais problemas enfrentados por essas pessoas. “É o medo que leva alguém a sair do seu país. Medo de guerra, de perseguição, de falta de oportunidades, de pouco acesso à educação”, enumerou.

Os encaminhamentos do evento serão reunidos em um documento, a ser redigido pela organização e enviado para as instituições e parlamentares participantes. Essa é a terceira edição do Encontro, com políticos, promovido pela Arquidiocese de Florianópolis e pela FACASC, que nos dois anos anteriores foi realizado com prefeitos e vereadores da Grande Florianópolis, abordando outras temáticas.

4 Projeto de Lei é apresentado aos imigrantes na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Prof. Vilmar Dal Bo Macari

Um Projeto de Lei para instituir a política estadual de atendimento ao imigrante foi apresentado na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina na data de trinta de outubro de dois mil e dezenove, às 9h00, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, no plenário Deputado Osni Regis. A iniciativa foi anunciada durante a reunião ampliada da Comissão de Direitos Humanos, e assinada pela deputada Ada de Luca (MDB) e pelos deputados Fabiano da Luz (PT) e Padre Pedro Baldissera (PT).



Estiveram presentes a diretora de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Karina Gonçalves Euzébio, assessora em políticas públicas da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), Janice Merigo, o procurador Regional dos Direitos dos Cidadãos, Claudio Cristani, professores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Associação de Imigrantes e vários seguimentos representativos da sociedade civil, destaque para a Senhora Dalila Pedrini.

Da parte da Igreja estiveram presentes Pe. Marcos Mario Bubniak, CS, coordenador da Pastoral do Migrante do Regional Sul IV da CNBB com outros membros dessa pastoral também em nível arquidiocesano. A FACASC – Faculdade Católica de Santa Catarina fez-se representar pelo Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Teologia, Sociedade e Comunicação, professor doutorando Vilmar Dal Bó Macari. Essa entidade, em parceria com a Arquidiocese de Florianópolis, promoveu um encontro sobre esse assunto em sua sede, em 20 de maio pp., e viu nessa reunião ampliada uma oportunidade de voltar a discutir a proposta da Migração e Políticas Públicas em Santa Catarina.

A representante do Governo do Estado, Karina Gonçalves Euzébio, anunciou o fim do contrato do Estado com o Centro de Referência de Atendimento aos Imigrantes (CRAI). Essa decisão do Governo fez parte da reforma administrativa realizada no início de 2019 e de terminou que o atendimento aos imigrantes seja nos municípios feito pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

Muito se debateu e questionou essa decisão: a) A falta de capacitação dos agentes do CRAS; b) A falta de recursos financeiros aos CRAS; c) A inexistência de uma política clara de atendimento ao imigrante; d) O peso de obrigações impostas aos municípios e o recuo do Estado.

A representante do governo argumentou que existe um planejamento para a capacitação dos agentes dos CRAS no estado e salientou que as atividades de atendimento aos imigrantes passam a ser assumidas pelo CRAS. Pediu a todos um voto de confiança, para que o Governo do Estado possa demonstrar a efetividade de sua decisão administrativa. Segundo ela, dessa forma, dá-se início a um programa de Desenvolvimento Social Integral para o Estado de Santa Catarina.

O representante da FACASC – Faculdade Católica de Santa Catarina, o professor Vilmar Dal Bó, pediu a palavra e posicionou-se na defesa



da manutenção do CRAI, em sintonia com os anseios dos representantes dos imigrantes. Sugeriu a inclusão de uma rubrica no planejamento orçamentário do ano de 2020 que garanta recursos para as ações voltadas à Política de Imigração em Santa Catarina.

Em seguida, foi apresentado o texto em forma de Projeto de Lei que institucionaliza o acesso aos direitos sociais e à saúde aos imigrantes. A matéria trata dos direitos e deveres dos beneficiados, bem como, o dever dos entes públicos, seja na esfera municipal ou estadual, no atendimento aos imigrantes.

O Projeto de Lei seguirá os trâmites na Assembleia Legislativa, transitando pelas comissões temáticas, recebendo a contribuição dos demais parlamentares. Por fim, será apreciado em plenário e, caso aprovado, encaminhado para a sanção do governador.

O encontro sinalizou para a construção de uma Lei Estadual que ampare os imigrantes e os façam ser tratados como cidadãos em Santa Catarina.